

A vida religiosa na sociedade atual

JOSÉ COMBLIN

RELIGIOUS LIFE IN OUR PRESENT SOCIETY.

We will keep only to the social aspects of religious life. The traditional ways of isolation and of integration, characteristics of the relationship of the monks with the society, in the past, do not satisfy modern demands.

Isolation, always preferred by the founders, was an option to separate from the world: look for God out of the society. This isolation requests a separation from the family (marriage), from goods and from power. This was possible only in the rural society, in a system of home-manufactures. Therefore the option was for a way of integration: education of the higher classes, institution of social assistance.

In our days this way of integration is a constant temptation: Transforming the institution into "business enterprises" for which the votes are a big help. But this system brings forth a lot of problems:

Religious life loses its specification.

It creates a state of contradiction between the reality and the theoretical aims of religious life.

There is a superposition of a spirituality of isolation.

Therefore this situation requests: a deep revision of real life, the insertion of the monks into society and the acknowledgement that the way of isolation and integration are over.

Trying to conciliate these contradictory positions some basic principles can be stated:

Every monk should live by his own work

Every monk should be able to accept an inferior position and an inferior qualification as far as the competitive law of the western world is concerned, as a challenge to the values there accepted.

Every monk should limit his time to dedicate to the professional activity and to the unconcerned activities, not rewarded.

Every monk should examine attentively the relationship between the concession given to the system and the apartness of the system, in the name of the kingdom of God.

Even facing these problems a monk can fulfill his mission that consists in effecting the visible signals of the coming of the kingdom of God.

Nos últimos anos foram publicados numerosos ensaios de teologia da vida religiosa. Renovou-se verdadeiramente o pensamento teológico a respeito da vida religiosa. Forneceu-se uma base de doutrina firme às iniciativas cada vez mais numerosas no sentido de adaptar a vida religiosa às condições novas dos tempos atuais. Contudo, a conclusão mais clara desses ensaios teológicos, é que o problema fundamental não é de ordem teológica, e sim de ordem prática.

Constatou-se que era relativamente fácil chegar a um acôrdo sôbre as posições fundamentais de uma teologia da vida religiosa. Entretanto, a confusão e a escuridão permanecem quando se trata de definir a orientação prática da renovação. De tôdas as maneiras, a renovação teológica não traz aos problemas práticos a luz que se esperava. Hoje em dia, os teólogos já trouxeram tôda a contribuição que era possível trazer. Já não se podem esperar mais revelações por parte da teologia. Entretanto, o problema permanece aberto.

Na realidade, o problema consiste sobretudo em situar a vida religiosa na vida humana de hoje, isto é, no desenvolvimento do indivíduo humano, e no contexto da vida social. Nestas páginas, colocaremos algumas considerações a respeito da segunda dessas perspectivas, a sociológica.

Os religiosos de hoje — e mais ainda os eventuais candidatos à vida religiosa — encontram-se diante de um dilema cheio de paradoxos e de interrogantes. Os modelos tradicionais não lhes parecem oferecer solução adequada ao dilema.

O passado da vida religiosa apresenta dois tipos de relacionamento dos religiosos com a sociedade: o isolamento e a integração. Nenhum dos tipos parece tolerável na circunstância atual.

A vida monástica nasceu no meio do mundo romano ainda pagão. Apareceu como protesto contra essa sociedade viciada, como denúncia dos seus pecados. Os fundadores da vida monástica exaltaram a figura da separação da sociedade. Identificaram a busca de Deus com o abandono das realidades e dos bens da sociedade humana. Naturalmente, quem se isola da sociedade, se condena a uma vida pobre: sem família, sem bens materiais, sem poder na sociedade. Os votos (ou o equivalente exprimido com outras palavras) apareciam como a conseqüência lógica da separação do mundo. Os primeiros religiosos deixaram as aspirações intelectuais, prescindindo dos bens materiais que tornam a cultura intelectual realizável. Dessa maneira, os votos não constituem uma opção nova ou específica que se acrescenta à opção pela separação do mundo. Pelo contrário, a opção fundamental é uma opção pela separação: busca-se Deus fora da sociedade. O resto é conseqüência: quem foge da sociedade não tem condições para ter família, para conseguir bens materiais, ou para ter poder, e possibilidade de mandar.

Acontece que êsse tipo de isolamento é sômente possível numa sociedade rural e num sistema artesanal de produção. É impossível numa sociedade urbana e industrial.

Na realidade, nunca houve isolamento completo. Os monges mais separados do mundo ainda precisavam comer. Portanto, precisam trabalhar e vender os produtos de seu trabalho. Porém, no sistema da economia artesanal e numa sociedade rural, os religiosos podiam produzir bens ou serviços de modo muito isolado do resto da sociedade e limitar muito os contatos com a sociedade que comprava êsses bens ou êsses serviços. Por exemplo, podiam dedicar-se a uma agricultura simples e pouco tecniquizada, limitando os contatos à entrega do produto a um comerciante. Não precisavam nem criar o mercado, nem responder aos desafios da concorrência, nem adquirir técnicas novas. A agricultura tradicional permitia um grande isolamento. Da mesma maneira podiam ter escolas praticamente isoladas da vida social: distribuíram uma cultura tradicional que não entrava nos circuitos de uma vida social intensa. O contato limitava-se à recepção dos pais no dia da inscrição dos alunos.

Isso se tornou impossível na sociedade urbana e industrial. Já não se pode mais trabalhar em circuito fechado sem participar dos ritmos da vida social. Trabalhar quer dizer adquirir uma especialização, adquirir conhecimentos profissionais sempre atualizados, entrar na corrida da competição do mercado do trabalho, e na carreira da ascensão profissional; formar parte de empresas e de sistemas econômicos complexos. Um colégio que não se "moderniza" fica desclassificado e se torna motivo de escândalo. Um latifúndio eclesiástico que não se produz, é outro motivo de escân-

dalo. Um trabalho puramente artesanal não pode competir com a produção industrial.

Diante da impossibilidade do modelo de separação, os religiosos foram tentados pelo modelo de integração. Na verdade, a sedução do modelo de integração apresentou-se muito cedo. Nos tempos da cristandade, a pressão foi muito forte para que os religiosos se integrassem na sociedade. De modo geral, sobretudo na época moderna (s. XVI-XIX) poucos escaparam. A integração consiste em assumir uma função dentro da sociedade. Os religiosos constituíram sempre uma mão-de-obra cômoda, barata e disponível. A tentação era grande de colocar essa mão-de-obra a serviço da sociedade estabelecida. Dessa maneira, as autoridades sociais ofereceram aos religiosos a tarefa de educar os filhos das classes dirigentes, de administrar instituições de assistência social, de assumir a função cultural da sociedade (celebração dos atos rituais oficiais da sociedade ou da família, enterros, aniversários, festas, etc.).

Hoje em dia, diante da impossibilidade prática do modelo de isolamento (sempre preferido pelos fundadores), a tentação de integração é cada vez mais forte. Essa tentação é também cada vez mais absorvente. Pois, a integração na sociedade exige mais capacitação técnica, mais submissão ao sistema estabelecido, mais exclusividade na dedicação. Muitos acham que os religiosos podem encontrar na profissão religiosa motivações mais fortes para manter o espírito de adesão à "empresa" (empresa colégio, ou empresa hospital). Inclusive alguns chegaram ao extremo

de achar que os votos religiosos tinham por objeto atual essa dedicação à instituição religiosa transformada em "empresa" integrada na sociedade: o voto de castidade permite a dedicação a tempo realmente integral a serviço da empresa; o voto de pobreza reduz os gastos da empresa em forma de salários e permite um maior investimento; o voto de obediência permite mais entrosamento e mais disciplina na "empresa" religiosa (colégio, hospital, etc.).

De fato, nas últimas décadas, vários institutos adotaram esse caminho, e estão chegando no momento a uma situação de impasse, porque essa solução se revela insustentável.

Com efeito, a integração suscita três objeções fundamentais e irrefutáveis. A primeira objeção consiste nisto que, pela integração na sociedade, a vida religiosa perde a sua especificidade, e, portanto, a sua razão de ser. Trabalhar mais, com mais rendimento, para investir mais e ocupar um lugar cada vez mais importante na sociedade não constitui nenhum fim válido da vida religiosa. Desaparece a finalidade própria do evangelho no mundo, que não pode ser a de fazer funcionar melhor a sociedade estabelecida.

Em segundo lugar, o modelo de integração chega a criar um estado evidente de contradição entre a realidade concreta e os fins teóricos da vida religiosa. Professam-se a pobreza, mas o instituto acumula cada vez mais os bens materiais, entra nos circuitos dos investimentos e da capitalização, torna-se poder econômico, assegura mais segurança e mais conforto material aos

religiosos do que aos leigos que ocupam funções semelhantes: em que fica a profissão de pobreza? Torna-se formalismo ou puro desejo. Professam-se a obediência, mas os religiosos dirigem numerosos empregados e subordinados. Como responsáveis de colégios, hospitais e outras instituições, têm poder de mandar e exercem as funções de dirigentes de empresas. Chega-se ao resultado de que os religiosos fazem voto de obediência e sempre mandam, enquanto os leigos obedecem sem fazer voto nenhum. Teoricamente permanece de pé a fórmula da obediência. Porém, na prática, os superiores religiosos avalizam e aceitam simplesmente os planos que os seus religiosos lhes apresentam em nome de razões técnicas. As necessidades técnicas aniquilam o alcance do voto de obediência nesse aspecto. Finalmente, o voto de castidade, em lugar de desenvolver o amor, serve sobretudo a desenvolver as qualidades de direção e a agressividade colocada a serviço do poder das instituições. Não é de estranhar que os jovens não achem mais motivações suficientes para entrarem nesses papéis.

Por fim, o modelo de integração tornou-se suportável apenas graças à superposição de uma espiritualidade de isolamento. No noviciado, ensinava-se uma espiritualidade monástica de tipo de separação do mundo. Depois da profissão, os religiosos eram enviados num esquema de integração. Pedia-se-lhes que permanecessem na espiritualidade de separação. Dessa maneira, evitava-se o escândalo que provocaria a reflexão sobre a realidade de integração. Inclusive, os respon-

sáveis mantinham formas de separação dentro do modelo global de integração. Por exemplo, no seio de um colégio riquíssimo, os religiosos ou as religiosas dormiam em celas paupérrimas: mantinha-se assim a ilusão de pobres, dentro de um contexto de conforto. Os regulamentos mantinham prescrições rigorosíssimas em matéria de hábito, de silêncio, de orações prescritas, etc., ao lado de uma independência total no âmbito profissional ou de uma autoridade implacável sobre os leigos. A mesma pessoa que podia dirigir um batalhão de empregadas com toda a autoridade de quem se sente delegada de Deus, tinha que pedir licença para acrescentar um botão ao hábito ou suprimir uma invocação das orações de praxe. Porém, essa superposição não pode não manifestar um dia o seu artificialismo. A incoerência entre a realidade e a espiritualidade acaba aparecendo e criando escândalo nos próprios religiosos, sobretudo nos candidatos. Os jovens percebem nisso uma espécie de hipocrisia inconsciente.

Em face dessa situação, podemos colocar a problemática atual.

Em primeiro lugar, as novas gerações não aceitam mais a dissociação entre espiritualidade e realidade concreta. Daí não podemos inferir que é preciso suprimir a espiritualidade ou adaptá-la à realidade concreta. Muito pelo contrário, a espiritualidade acusa a realidade. Em todo caso, não se pode salvar a espiritualidade religiosa por artifícios que não alcançam a realidade concreta. Não é possível restituir o conteúdo concreto a fórmulas tais como os três votos, sem revisar profundamente

a vida concreta e a inserção dos religiosos na sociedade. Os jovens querem saber qual é o conteúdo que corresponde concretamente aos votos chamados de religião. Não acham que seja relevante aplicar uma ideologia de pobreza a um estado de segurança e de conforto material, nem que seja relevante aplicar os textos que falam da obediência de Jesus Cristo a pessoas que exercem funções de prestígio e de autoridade na sociedade. Uma espiritualidade abandonada a si mesma e cortada da realidade transforma-se com facilidade num simples exercício literário.

Em segundo lugar, precisamos reconhecer que tanto o modelo de integração como o modelo de separação são inaceitáveis. Ao mesmo tempo, devemos afirmar que nem uma separação radical, nem uma integração radical são aceitáveis, e que uma certa integração e uma certa separação são indispensáveis? Como conciliar essas exigências contraditórias?

Por um lado, a separação da sociedade urbanizada, organizada e industrializada de hoje é impossível. Não se pode viver sem conquistar uma qualificação que permita trabalhar dentro do sistema. Se o mundo subdesenvolvido ainda não tem acesso a essa condição, todos reconhecem que se trata de uma situação provisória e escandalosa que precisa ser superada. Por conseguinte, podemos definir o princípio de que todo religioso deve ser capaz de subsistir pelo seu trabalho. Não se exclui que, em determinadas circunstâncias, em casos particulares ou durante prazos de tempo limitados, êle seja chamado a assumir missões especiais.

que o obriguem a viver na dependência de outros. Porém, a condição normal é a subsistência pelo trabalho (quer a serviço da comunidade eclesial, quer nas empresas da sociedade civil). Essa é a tradição de sempre, adaptada à condição de hoje.

Uma capacidade de trabalho inclui sempre uma certa integração no sistema estabelecido, isto é, nas empresas que constituem na situação presente as condições de trabalho.

Por outro lado, aceitar totalmente a integração no meio de trabalho inclui a aceitação das normas e dos valores da sociedade estabelecida. Sabemos que o mundo do trabalho da sociedade ocidental está baseado na lei da competição ilimitada, e da agressividade dirigida para a maior concorrência dos talentos. Quem quiser ocupar uma posição interessante deve aprender mais para se promover mais e ficar a nível dos outros. Se o religioso entrar na corrida, já não lhe ficará mais possibilidade para buscar na vida pessoal e propor na vida oficial outras hierarquias de valores. Tornar-se-á defensor e promotor dos valores incluídos no sistema estabelecido. Não terá mais nem tempo disponível para pensar em outros valores.

Se o religioso — e qualquer cristão — quiser permanecer independente em face do sistema estabelecido e dos valores do sistema, terá que aceitar uma situação inferior, um rendimento inferior e uma qualificação profissional inferior. Não é possível acumular tudo. Se o religioso quiser dedicar tempo para a oração, o estudo desinteressado, a meditação, ou para atividades

apostólicas, ele terá que se integrar num nível inferior da sociedade, aceitando uma situação mais precária, para não entrar na carreira da competição universal. Aliás, a presença cristã no mundo do trabalho supõe precisamente uma contestação dos valores que aí predominam. Aceitar não ganhar tudo o que seria possível constitui um ato de contestação do sistema em que o dinheiro e o rendimento são valores absolutos.

O problema concreto consiste portanto em determinar quanto o religioso quer ganhar ou acha necessário ganhar para subsistir, quanto tempo ele pretende dedicar à vida profissional, quanto tempo ele pretende reservar a atividades desinteressadas e não retribuídas. É assim, de modo bem concreto, que se coloca o problema da situação do religioso no mundo de hoje.

Está claro que isto inclui uma determinação do nível de conforto em que ele acha que deve viver, do nível de segurança ou de precariedade, do nível de estima social ou de qualificação profissional em que acha que deve ser reconhecido pela sociedade. A estimativa será feita a partir daquilo que o reino de Deus lhe parece exigir como sacrifício e dedicação. Já não podemos contentar-nos com expressões puramente literárias de uma espiritualidade convencional. Não adianta dizer: "Senhor, eu lhe dou tudo", para depois colocar como condição indiscutível tal nível de conforto, tal nível de formação profissional, tal nível de segurança e assim por diante. Está claro que ninguém dá "tudo", a não ser os mártires na última hora do martírio. Portanto, não adianta definir uma espiritua-

lidade puramente verbal, que mal esconde uma indigência de sacrifício real.

Não se trata de "dar" tudo, e sim de dar alguma coisa, e cada vez mais progressivamente, conforme a vocação que se manifesta aos poucos. Trata-se de examinar atentamente a relação entre a concessão feita ao sistema, e o distanciamento do sistema em nome do reino de Deus.

Em todo caso, a vida religiosa de hoje não será julgada pelos temas de espiritualidade, nem pela profissão externa, e sim pela capacidade real de afirmar valores numa renúncia real aos valores do mundo de trabalho conhecido e participado. As novas gerações não podem avaliar corretamente o valor de vidas que não participam do mundo comum. Essas vidas não se deixam apreciar pelos critérios acessíveis. Os religiosos de outrora pertencem a uma civilização rural e artesanal superada. Portanto, os sacrifícios que fizeram não se podem apreciar dentro da escala de valores do mundo atual: renunciaram a um mundo que não conheciam. Portanto, essa renúncia não tem significado nenhum. Porém, a afirmação de valores evangélicos vale se fôr feita por uma contestação do sistema de valores da sociedade nova, sistema conhecido e participado.

Entende-se porque os jovens não percebem o significado da afirmação ou da profissão de votos de pobreza, de obediência ou de castidade, se não se consegue dar a essas palavras um conteúdo concreto, ou apenas um conteúdo formal

ou fictício. O problema consiste, em primeiro lugar, em restabelecer a autenticidade das coisas.

Os religiosos da classe média não se tornam pobres. Mais vêzes, o seu modo de viver serviria como padrão de vida de classe média. É paradoxal chamar isso de pobreza. Para os religiosos nascidos em ambiente pobre, o paradoxo é maior ainda. Pois, a profissão religiosa constitui uma verdadeira promoção social. Com essas condições, a pobreza desaparece. É preciso restituir um conteúdo à vida religiosa. Na perspectiva atual, podemos dizer que será uma opção para colocar acima da participação no sistema profissional de hoje a procura de bens evangélicos não aceitos na sociedade atual, portanto acima de atividades lucrativas atividades não lucrativas. Cada um determina o alcance concreto dessa opção, e procura levá-la até onde a inspiração do Espírito o leva.

Por outro lado, a obediência de Cristo consiste muito mais numa renúncia ao poder e à autoridade social do que numa submissão a um sistema religioso qualquer. A aceitação de um sistema minucioso de regras e de observâncias a que se quis às vêzes reduzir outrora a vida de obediência, aparece antes como o contrário do espírito evangélico do que como a imitação de Jesus. A imitação de Jesus é imitação de uma vida humilde sem pretensão social. Será preciso dar um novo significado à obediência se quisermos dar-lhe um conteúdo objetivo. Naturalmente, o conteúdo mais óbvio é a procura de uma vida de subordinação, de serviço, renunciando à autoridade em virtude de outros valores que mono-

polizam as aspirações. Quanto à castidade, é cada vez mais visível que um puro celibato de pura abstenção de atividades sexuais constitui um empobrecimento sem valor. Se a castidade não tiver por motivação um amor mais universal, será incompreensível. Ora, nesse campo, também, não basta fazer declarações, se a realidade não manifestar o conteúdo das declarações.

Com essas condições os religiosos poderão cumprir a sua missão que consiste em realizar sinais visíveis do advento do reino de Deus: êsses sinais são valores evangélicos traduzidos numa época determinada. O evangelho precisa ser traduzido no contexto social e econômico como apêlo a uma superação do sistema estabelecido. O sistema elabora valores, mas também escraviza os homens e limita as aspirações. É preciso anunciar realidades situadas além do sistema. Não basta enunciar uma doutrina formal. É preciso mostrar que homens concretos acreditam naquilo que a doutrina expõe e sabem sacrificar parte dos valores consagrados (dinheiro, etc.) numa afirmação daquilo que ainda não existe e deveria existir.

De certo modo, todos os cristãos deviam ser essa mensagem do reino de Deus. A mensagem dos religiosos não é radicalmente diferente da mensagem dos cristãos em geral. Porém, os leigos estão limitados de modo muito mais estreito pela família, pelas responsabilidades indispensáveis ao funcionamento do sistema, o que os compromete mais profundamente. É possível que alguns deixem tais responsabilidades para anunciar

mais plenamente o advento do reino e apresentar os valores que não cabem dentro do sistema.

Entre os valores que não cabem dentro do sistema atual, podemos citar a dedicação ao bem comum além dos bens particulares, a procura do encontro entre os homens acima da competição, a superação das discriminações, a gratuidade além da escala universal do dinheiro, a ruptura das convenções do conforto ou da moda, e assim por diante. Muitos cristãos aparecem hoje como fiéis seguidores do conformismo, ou da resignação ao conformismo. Inclusive colocam a virtude na submissão resignada ao conformismo.

O problema do entrosamento na sociedade e da superação do sistema obriga o religioso, mais ainda do que o cristão comum, a viver numa tensão permanente entre dois pólos. Por um lado, não pode ser eliminado da sociedade, e precisa aceitar os condicionamentos que tornam a presença cristã aceitável. Por outro lado, a integração pura e simples tornaria o cristianismo puramente interior e privado, o que contradiz à vocação cristã autêntica.

Estamos apenas nos primeiros passos de uma reconversão das instituições cristãs em função da civilização urbana e industrial. Durante muito tempo, prolongamos modos de ser e de agir que correspondiam à civilização rural tradicional, fazendo das instituições religiosas ilhas verdadeiras dentro do contexto de uma civilização nova. Nos últimos anos, muitos colégios e demais instituições modernizaram-se até uma integração total na sociedade, de tal maneira que os

religiosos chegam a uma verdadeira frustração de vocação. Entramos agora na época das tensões fecundas em que aparece mais claramente a tarefa de colocar o anúncio

do evangelho em face da sociedade estabelecida e dos seus dinamismos com o fim de realizar uma conversão tendendo para o advento do reino de Deus.